

ANTÓNIO COVAS
MARIA DAS MERCÊS COVAS

Economia Criativa e Territórios Inteligentes



Reinventar as Áreas de Baixa Densidade (ABD)

EDIÇÕES SÍLABO

Economia Criativa e Territórios Inteligentes

Reinventar as Áreas de Baixa Densidade (ABD)

ANTÓNIO COVAS

MARIA DAS MERCÊS COVAS

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro. As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor. Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos. O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Silabo na rede
www.silabo.pt

FICHA TÉCNICA:

Título: Economia Criativa e Territórios Inteligentes
– Reinventar as Áreas de Baixa Densidade (ABD)

Autores: António Covas, Maria das Mercês Covas

© Edições Silabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1ª Edição – Lisboa, maio de 2025.

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 547266/25

ISBN: 978-989-561-422-6



EDIÇÕES SÍLABO, Lda.

Publicamos conhecimento

Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Tel.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice

Nota prévia	9
Introdução – Inteligência coletiva e economia criativa dos territórios	11

Capítulo 1

Inteligência emocional e capital simbólico

1. Signos Distintivos Territoriais (SDT), o espírito do lugar e a geografia sentimental	27
2. Inteligência emocional, curadoria e criatividade territorial (I)	41
3. Inteligência emocional, curadoria e criatividade territorial (II)	47
4. Os signos distintivos territoriais (SDT) e a arte da composição das comunidades, redes e plataformas (CRP)	53
5. Os lugares da economia digital e a dilatação dos territórios	57

Capítulo 2

Inteligência natural e capital natural

6. A ecoeconomia do desenvolvimento sustentável	65
7. O bioprodutivismo e a lógica agroecossistêmica	73
8. O mosaico paisagístico e os sistemas agroalimentares de base local	77

9. Os geossistemas e a nova economia dos territórios	83
10. A ecoeconomia e os serviços de ecossistema na economia do futuro	91

Capítulo 3

Inteligência racional e capital produtivo circular

11. O Antropoceno e o triângulo virtuoso da economia criativa circular	99
12. A descarbonização da economia e os seus impactos no território	105
13. A economia PRR, agendas mobilizadoras e consórcios empresariais	113
14. A economia do PRR e as áreas de baixa densidade (ABD)	117
15. Economia criativa e gestão do sistema produtivo local	123

Capítulo 4

Inteligência artificial e capital tecnodigital

16. Transição digital, sociedade algorítmica e inteligência coletiva	131
17. A economia política digital, entre <i>oikos</i> e <i>oiken</i>	137
18. O pêndulo da transição digital e as Áreas de Baixa Densidade (ABD)	141
19. Economia das plataformas digitais e coesão territorial	145
20. Inteligência artificial e governação da sociedade algorítmica	151

Capítulo 5

A hibridação das inteligências e a economia criativa do território

21. O novo espírito do capitalismo, inteligência e criatividade territorial	161
22. Economia criativa, os serviços de ecossistema e os cinco capitais	169
23. Economia criativa, metanarrativa e coesão territorial (I)	173
24. Economia digital e criativa, o sistema operativo CIM (II)	179
25. Europa 2030, coesão territorial e criatividade regional	185
26. A constelação turístico-cultural e a economia criativa nas ABD	189
27. Economia criativa, artificação e articulação (I)	195
28. Economia criativa, artificação e articulação (II)	201
29. A cidade das crianças, um novo contrato com a natureza e a cultura	207
30. Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC), região-cidade 2027	211
Notas gerais e finais	217
Bibliografia referenciada	233

Nota prévia

O livro que agora apresentamos aos leitores tem por título *Economia Criativa e Territórios Inteligentes – Reinventar as áreas de baixa densidade (ABD)*. Trata-se de uma coletânea de textos de reflexão e micro ensaios, a maioria dos quais publicados na imprensa nacional e regional em 2024 sob a forma de artigos e crónicas. A temática geral do livro associa as alterações climáticas com as grandes transições em curso, o capitalismo cognitivo com a emergência da economia criativa e, ainda, o triângulo virtuoso que a economia criativa estabelece com a economia ecológica e a economia digital. Estas associações têm impactos diretos e indiretos sobre os territórios e, em especial, sobre as áreas de baixa densidade.

Por razões que o leitor facilmente compreenderá, estes textos de reflexão foram publicados em circunstâncias temporais diversas e com pretextos muito variados, é, por isso, provável que alguns desses textos apresentem, aqui e ali, algumas sobreposições e repetições. Pelo facto, as nossas desculpas antecipadas aos leitores.

Queremos deixar, mais uma vez, o testemunho do nosso reconhecimento ao Editor da Sílabo, Dr. Manuel Robalo, pelo seu cuidado e atenção por mais esta edição.

Por último, queremos agradecer vivamente o patrocínio do livro ao Instituto Politécnico de Portalegre e ao seu Presidente, Professor Doutor Luís Loures, e desejar ao novo Centro de Investigação CARE, cuidar de pessoas, do ambiente e dos territórios, longa vida e muitos sucessos.

Introdução

Inteligência coletiva e economia criativa dos territórios

Vivemos em plena sociedade da informação e do conhecimento (SIC). Uma das suas principais manifestações é a constituição de comunidades inteligentes e a formação da respetiva inteligência coletiva territorial. Os três pilares desta inteligência coletiva territorial serão o *networking* universitário de investigação-extensão, uma nova geração de empresários mais qualificados e um associativismo empresarial mais robusto e uma administração regional e local mais inteligente. Em conjunto, estes três atores formarão o triângulo virtuoso que estará na base da nova economia dos territórios.

Estamos em 2025. Cinquenta e um anos (51) depois do 25 de abril de 1974 encontramos-nos, agora, a sociedade portuguesa e a comunidade internacional, numa verdadeira encruzilhada de grandes transições e, mesmo, de mudança paradigmática. É, pois, o tempo da grande prospectiva e, talvez, de um novo *Momento Polanyi*, o momento de uma *Grande Transformação* (Polanyi, 1944)!¹ Na verdade, para lá da espuma dos dias temos à nossa frente o pós-estruturalismo das grandes transições já em curso que anunciam mudanças paradigmáticas de grande alcance na vida das nações e nas nossas vidas individuais. Os efeitos diretos e indiretos dessas grandes transições, devido aos seus impactos assimétricos, provocam *gaps* de ajustamento nos diferentes territórios e mudam substancialmente a estrutura de custos e benefícios desses territórios e suas comunidades. Vale a pena olhar breve-

⁽¹⁾ Ver uma edição mais recente de Polanyi, K. (2012). *A Grande Transformação: As Origens Políticas e Económicas do Nosso Tempo*. Coleção História e Sociedade. Coimbra: Editora Almedina.

mente para essas grandes transições em curso e perceber como elas podem convergir e/ou divergir em direção a uma Grande Transformação à maneira de Polanyi. Pensemos um pouco no nosso país e vejamos o alcance dessas mudanças paradigmáticas, a fonte e a inspiração para a economia criativa dos territórios.

Transição climática, a mudança de regime para o Antropoceno

Da subida das temperaturas aos eventos climáticos extremos, da subida do nível dos mares à erosão costeira, da escassez de água à erosão dos solos e desertificação, das perdas de biodiversidade à degradação dos serviços de ecossistema. Mas, também, a importância crescente da economia azul, por exemplo, o acesso aos fundos marinhos e materiais raros, as energias alternativas *offshore*, os cabos submarinos e a circulação de dados, a aquacultura oceânica. No nosso caso, uma prioridade absoluta.

Transição energética, a descarbonização da economia

A descarbonização da economia com metas para 2030 e 2050, o ano da suposta neutralidade carbônica. Esta descarbonização acontecerá em todos os setores de atividade: no sistema de produção elétrica, no parque de edifícios, no sistema de transporte, nos processos industriais, na economia dos resíduos, nas práticas agrícolas sustentáveis, no reforço da capacidade de sequestro da floresta nacional, na economia azul, na descarbonização da administração pública e das cidades. As redes inteligentes tomarão conta destes setores e a desmaterialização de processos e procedimentos permitirá poupar muita energia. Porém, se a nova estrutura de custos e benefícios de contexto não for acompanhada de um sistema de incentivos apropriado e de uma nova estrutura de despesa fiscal, ninguém poderá garantir o sucesso do novo *mix* energético. Com efeito, a descarbonização da economia implica uma nova geração de investimentos públicos no território, sobretudo, a sua cobertura digital adequada para processar um grande volume de dados. A arritmia da inovação e do investimento em tantos setores que deviam estar conectados para produzir bons resultados, ocasionará, inevitavelmente, um efeito de dissipação do próprio processo de des-

carbonização que é preciso levar em linha de conta desde o primeiro momento.

Transição ecológica, a mudança de regime agroambiental e agroalimentar

A descarbonização da economia, ao alterar os custos e benefícios de contexto e a posição relativa dos agentes económicos nas cadeias de valor respetivas, aponta para a mudança dos regimes agroambiental e agroalimentar: biorregiões, sistemas produtivos locais e recursos endógenos, mosaicos paisagísticos, silvicultura preventiva, bosquetes multifuncionais e gestão de fogos florestais, restauração de biodiversidade e serviços de ecossistema, lado a lado com múltiplas modalidades de agricultura sustentável, certificada e validada. Também aqui é necessária uma nova estrutura de custos e benefícios e respetiva política regulatória. Uma prioridade absoluta.

Transição tecnodigital, a afirmação dos valores da ecossocioeconomia

Mais dados e mais interligados. Mais rede 4G e 5G, mais internet dos objetos, mais robótica e automação, mais realidade aumentada e virtual, mais inteligência artificial, mais regulamentos e regulação europeia. Esta aceleração tecnodigital altera substancialmente a fabricação industrial, a produtividade, os mercados de trabalho e os regimes salariais, as cadeias de abastecimento, a bioeconomia circular e sustentável, e tem um impacto transversal sobre os modelos de empresa e negócio e sua repartição pelo território. O grau de autonomia e abertura externa da União Europeia e a coabitação pacífica entre as regras do mercado único, as ajudas de estado e a repartição dos fundos estruturais determinarão a natureza e alcance do novo regime da ecossocioeconomia. Estas alterações devem, por isso, ser balizadas pela nova política regulatória da União Europeia sob pena de se transformarem em fatores ativos de violação das regras de concorrência e prejudicarem o próprio processo de descarbonização da economia em curso.

Transição sociolaboral, a mudança estrutural na produtividade

A entrada em cena da rede 5G irá acelerar a transformação tecnológica das atividades e serviços. A automação e a robótica, a internet dos objetos e a realidade aumentada e virtual, as plataformas digitais e os *marketplaces*, a inteligência artificial nas suas várias linguagens, o metaverso e os ambientes simulados, irão progressivamente transformando as dimensões espaço-tempo do universo sociolaboral. A fabricação inteligente, a agricultura de precisão, o comércio eletrônico, a telemática em muitos serviços, os assistentes inteligentes, introduzirão alterações significativas nos locais de trabalho, nos horários de trabalho, na mobilidade urbana, na relação contratual, nas remunerações, nas relações sociofamiliares e, correlativamente, na produtividade do trabalho. Uma política pública nesta área faz imensa falta.

Transição demográfico-migratória, a recomposição da estrutura social

O envelhecimento da população, o declínio demográfico, a mobilidade generalizada no espaço da União Europeia, as transformações na estrutura sociofamiliar, os fluxos migratórios, irão alterar profundamente as relações entre o saldo natural e o saldo migratório e induzirão uma mudança profunda na composição da estrutura social do país. A linha de rumo em matéria de especialização produtiva, o peso específico da atividade turística e residencial, a extensão dos serviços assistidos por tecnologias inteligentes, o ensino e a formação técnico-profissional, determinarão, em boa medida, a nova composição da estrutura social. Seja como for, doravante, as sociedades serão muito mais multiculturais, fica por saber se serão mais tolerantes.

Transição sociocultural, mudanças no capital simbólico e institucional

As mudanças estruturais no universo laboral e na estrutura social, em conjunto com as inovações introduzidas pela economia criativa, em sentido amplo, determinarão alterações significativas no capital simbólico e institucional. Fica por saber qual o ritmo destas transforma-

ções e qual a melhor forma de abordar as assimetrias desses diversos ajustamentos da transição sociocultural. Nesse sentido, será fundamental o papel desempenhado pelas *comunidades inteligentes, criativas e solidárias da emergente sociedade colaborativa em formação*. Queremos crer que uma das principais mudanças socioculturais será a desinstitucionalização e transição do estado-silo vertical para uma sociedade colaborativa mais descentralizada e distribuída, e onde os bens comuns coabitem com os bens públicos do estado-providência de forma integrada e complementar.

Transição geopolítica, a formação de um mundo multipolar

A conjuntura geopolítica atual revela-nos que deixou de existir a ordem liberal das instituições multilaterais do pós-guerra, digamos, a ordem do ocidente alargado. Com efeito, estamos, claramente, a caminho de um novo mundo multipolar com as correspondentes áreas de influência em formação e a corte de países alinhados ou em vias de alinhamento. Não sabemos, ainda, quando e em que condições se fará a estabilização do mundo global que herdámos daquela ordem liberal e em que medida a convergência entre a geoeconomia e a geopolítica regional da nova ordem multipolar será uma alternativa viável àquela ordem global. Reina a incerteza. A Grande Euro-Ásia, da Rússia à China, e o Grande Médio Oriente preparam-nos grandes surpresas mais à frente.

Transição securitária, o paradigma da cibersegurança

A transição securitária é inevitável e pode ser observada em dois planos. No plano das relações humanas o ciberespaço converte a preservação da privacidade individual numa verdadeira aventura pessoal. No segundo plano, o mesmo ciberespaço transforma os objetivos de segurança coletiva num desígnio nacional da maior importância. Em qualquer dos casos estamos a falar de cibersegurança. No primeiro caso, o sistema tecnodigital transforma a vigilância do Estado numa espécie de guarda pretoriana de um putativo candidato a autocrata, no segundo caso, e pelas razões que expusemos antes acerca do mundo multipolar, são os interesses geoeconómicos e geoestratégicos do país que estão sob forte ameaça. A ciberguerra já começou.

Transição democrática, a caminho de uma democracia complexa

Todas as grandes transições anteriormente referidas têm impactos significativos no núcleo duro dos nossos regimes democráticos devido ao elevado grau de incerteza e risco que introduzem na vida coletiva e individual dos cidadãos. Confrontadas com estas grandes transições as sociedades democráticas estão perante uma nova estrutura de custos e benefícios, certos os primeiros, incertos os segundos, mas todos eles com impactos muito relevantes sobre os territórios nacionais e infra-nacionais e gerando graves desigualdades sociais e muito descontentamento e decepção com a vida política. Em consequência, os regimes democráticos endurecem, a demagogia e o populismo aproximam-se do poder, a via autocrática está iminente. Nas palavras minimalistas, mas avisadas de Daniel Innerarity, estamos a caminho de uma democracia cada vez mais complexa (Innerarity, D.: 2022).

Num pequeno país e numa pequena economia aberta muito dependente do exterior, passados que são quase 51 anos sobre a revolução de abril de 1974, estas mudanças paradigmáticas ultrapassam as fronteiras nacionais e funcionam como variáveis exógenas que determinam e condicionam o comportamento de toda a sociedade portuguesa. Trata-se, agora, de elaborar uma estratégia de desenvolvimento a partir de uma nova estrutura de custos e benefícios. Falamos de custos de contexto, formalidade e validação, mitigação e adaptação, ajustamento, cobertura de riscos, oportunidade.

É neste ambiente bastante saturado que emergem as implicações transversais da revolução tecnodigital e, neste particular, a desintermediação política, institucional e administrativa, se quisermos, a desmaterialização e dessacralização da política. A boa nova é que a revolução digital é uma excelente oportunidade para refrescar a atividade política tal como a conhecemos. Comunidades descentralizadas de auto-governo, plataformas de gestão local e atores-rede multiterritoriais são algumas das faces da revolução digital e da política nova, lado a lado com a política velha, mais hierárquica, vertical e corporativa. As primeiras como dispositivo de conexão das comunidades *online*, as segundas como organização material das comunidades *offline* ainda presentes no terreno.

Assim, podemos afirmar, a política convencional, hierárquica e vertical, envelheceu e *deixará de ser progressivamente o herói da sociedade*, já não tem o poder de obrigar, está sobrecarregada, deve descentralizar uma parte das suas atividades nos atores da emergente sociedade em rede. Em seu próprio benefício, a autolimitação da política velha servirá para a proteger da sua própria mediania e trivialidade. Libertar os espaços políticos convencionais dos antigos constrangimentos é uma grande oportunidade, mesmo sabendo que na *terra dos narcisos e do individualismo metodológico* tal não se afigura uma tarefa simples.

Perante esta profunda mudança paradigmática não surpreende que todos os territórios atravessem um fase pós-estruturalista de grande turbulência, se quisermos, uma dialética socioestrutural de desterritorialização *versus* reterritorialização, por um lado, e uma dialética mais utilitária e pragmática de novas mobilidades e multiterritorialidades, por outro. É a nova economia do território em plena formação. Façamos uma breve incursão final por estes novos caminhos da economia criativa dos territórios.

A forma como construímos e ocupamos o nosso território reflete bem o modo como cumprimos o último meio século de história. Agora que comemorámos cinquenta anos sobre a revolução de abril de 1974 a existência de quase dois terços dos municípios do continente classificados como áreas de baixa densidade não é, de certeza, um bom cartão de visita. Os territórios são espaços construídos, espacialidades inscritas no movimento perpétuo de desconstrução e reconstrução. Como tal, os espaços construídos têm um tempo de vida útil, estão em constante movimento e em processo simultâneo de desterritorialização e reterritorialização (Covas, A.; Covas, M. M.: 2015a; Haesbaert, R.: 2004; Beck, U.: 1992). Em todos os casos, os espaços construídos são uma combinação variável de materiais tangíveis e intangíveis ou simbólicos, se quisermos, de valores de troca e valores de uso. Quanto às novas territorialidades, elas são, essencialmente, uma promessa de futuro, um propósito e uma combinação variável e polissémica de materiais, recursos, valores, significados, funcionalidades e identidades que podem, finalmente, através de uma territorialidade dominante, materializar-se num determinado lugar.

Enquanto espaços construídos, os territórios têm, todos, uma historicidade singular feita de múltiplas territorialidades, umas reais, outras imaginárias, umas hegemônicas outras subordinadas. Enquanto espaço construído o território é um campo de forças e um espaço de conflito potencial entre diversas jurisdições e representações.

Hoje, falar de territorialidades é falar do princípio da mobilidade e dos seus dois corolários lógicos, a multiterritorialidade e a territorialização múltipla.¹ De algum modo, todos nós já vivemos esta multiterritorialidade na forma dupla de mobilidade física e de mobilidade virtual. Com efeito, esta dupla mobilidade e esta dupla vivência conduzem-nos à criação de territórios-rede de geometria muito variável. Nas palavras de Ulrich Beck (1992) vivemos uma espécie de topoligamia, isto é, estamos casados com vários lugares, logo vivemos *em multiterritorialidade e em territorialização múltipla*.

Estas considerações são fundamentais para perceber como, por exemplo, as nossas áreas de baixa densidade (ABD) podem ser espaços virtuosos de múltiplas territorialidades e territorializações, desde que tenhamos inteligência coletiva suficiente para criar neles múltiplos espaços de significação e intervenção. O que acontece, no nosso caso, é que nos falta inteligência coletiva e autorreferenciação territorial suficientes para produzir *espaços contraditórios e pertinentes de significado* que nos forneçam alternativas relevantes e opções realistas para prosseguir à nossa escolha, em vez de aceitarmos, quase sempre como boas e definitivas, a retórica programática habitual e as imagens estereotipadas do discurso oficial das autoridades nacionais em redor das sucessivas gerações de programas europeus de incentivos.

Infelizmente, não conseguimos, ainda, pensar multiterritorialmente. Sabemos que a baixa densidade de uma boa parte do território

(1) Para aprofundar este assunto ver: (Covas, A.; Covas, M. M.: 2015a); (Beck, U.: 1992); Haesbaert, R.: 2004). Os pontos que se seguem encontram-se referidos, desenvolvidos e publicados em várias obras dos autores (Covas, A; Covas, M. M.: 2020; 2019; 2018; 2015a; 2015b; 2014a; 2014b; 2014c; 2013a; 2013b, 2012, 2011) com algumas variantes, quer no uso dos termos/designações, quer na ordem em que aparecem, mas com os mesmos significados e/ou sentidos. Ver também, Covas, A. (2021); Covas, A.; Covas, M. M. (2024, 2023, 2020, 2018); Dallabrida, V.; Covas, A; Covas, M. M. (2017); Covas, A.; Covas, M. M.; Dallabrida, V. (2019); Dallabrida, V.; Bittenbender, P.; Costamagna, P.; Covas, A; Covas, M. M.; Menezes, E. (2022) e Rotta, E.; Teixeira, T.; Covas, M. M.; Andrade, A.; Quadros, D. A Vinícius, S.; (2023).

continental português é um problema de tecnologia política de longa data, isto é, de ordenamento do território. Sabemos que, nos tempos que correm, esta baixa densidade poderia ser compensada por uma base informacional mais densa e por uma economia simbólico-cultural mais eficaz e efetiva. Sabemos que a imagem autorreferencial de um território é sempre uma construção histórico-social e que os territórios plurais são sempre capazes de produzir várias imagens reflexivas de si próprio. Sabemos que uma boa parte do futuro nos poderá chegar por via da economia do imaginário e da sua irreverência. Sabendo tudo isto, não fomos ainda capazes, para os nossos territórios de baixa densidade, de adotar o princípio ativo das redes de cooperação e, assim, confeccionar a fórmula milagrosa que nos traga a dose certa para novas e mais imaginativas territorialidades.

Infelizmente, nos anos mais recentes, e apesar dos fundos europeus, o processo de desterritorialização provocou lesões graves no tecido social dos nossos territórios, que perderam capacidades e competências para gerar multiterritorialidades e, portanto, novos horizontes de futuro. Os recursos e a diversidade continuam lá, em estado latente, mas não existe inteligência coletiva e pluralidade suficientes para gerar a instigação que é necessária à mobilização dos cidadãos e à transformação dos recursos em ativos do território. Sem estes horizontes mais alargados fica mais difícil gerar novas territorialidades e territórios-rede com futuro. Eis algumas das causas do processo de desterritorialização¹ (Covas, A.; Covas, M. M.: 2015a):

- A deslocalização empresarial motivada pela globalização comercial e financeira;
- Os custos de contexto excessivos motivados por políticas de austeridade severas, pesadas cargas fiscais e custos regulatórios elevados;
- O encerramento de serviços públicos, serviços bancários e seguros, por razões de racionalização das redes respetivas, gera deseconomias externas aos territórios;

(1) Para aprofundar o desenvolvimento teórico desta temática e possíveis propostas de futuro, ver: (Covas, A.; Covas, M. M.: 2015a, capítulos: XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVIII, XIX, XX, XXI e XXII).

- O excesso de zelo regulamentar (normalização, padronização, calibragem) deixa muitas micro e pequenas empresas no limbo entre a economia formal e informal;
- As áreas de baixa densidade vivem o círculo vicioso do despovoamento, os mercados são muito pequenos e o défice de procura estrangula todas as formas de negócio;
- As falhas de investigação e integração sobre a economia dos territórios-rede relega para plano secundário a agroecologia, as tecnologias intermédias, os saberes tradicionais e os recursos endógenos e torna praticamente inviáveis os sistemas produtivos locais;
- As falhas de articulação, estruturação, integração das relações cidade-campo são uma fonte de problemas nos territórios periurbanos e suburbanos das nossas cidades;
- À semelhança da pressão imobiliária urbana, também a especialização e intensificação provocam pressão fundiária, concentração da propriedade, erosão dos solos e abandono;
- A turistificação abusiva do território provoca uma sobrecarga desproporcionada sobre os recursos naturais e culturais do território e danifica irremediavelmente a sua estrutura de oportunidades e benefícios;
- As alterações climáticas e os riscos globais associados, por exemplo aos fogos florestais, fragmentam os ecossistemas e os habitats, as comunidades e as populações, destruindo os seus territórios e quadros de vida;
- A falta de prioridade atribuída à economia dos ecossistemas e mosaicos paisagísticos relega para plano secundário a valorização dos serviços de ecossistema e os benefícios das paisagens globais.

Como já dissemos, as novas territorializações são, essencialmente, uma promessa de futuro, isto é, uma combinação variável e polissémica de materiais, recursos, valores, significados, funcionalidades e identidades, que podem, através de uma territorialidade dominante, materializar-se em concreto num determinado território ou região.



António Manuel Alinho Covas é doutor em Estudos Europeus pela Universidade Livre de Bruxelas (1987), professor catedrático da Universidade do Algarve desde 2000 (atualmente aposentado). Foi pró-reitor e vice-reitor da Universidade de Évora (1990-95) e assessor ministerial (1995-99). Conselheiro Nacional de Educação, vogal do Programa Operacional do Algarve entre 2008-2014 e membro de vários centros de investigação. É membro do Conselho Deontológico da Ordem dos Economistas. A sua investigação incide em quatro áreas: os assuntos europeus, a *smartificação* dos territórios, a transição para a segunda ruralidade e o ator e o sistema na era digital. É cronista e colunista em quatro áreas: os assuntos europeus, a smartificação dos territórios, a transição para a segunda ruralidade e o ator e o sistema na era digital. É cronista e colunista na imprensa Nacional e Regional.



Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas é licenciada em Sociologia, doutora em Sociologia pela Universidade de Évora na especialidade de Sociologia da População e dos Recursos Humanos e professora associada da Universidade do Algarve. Atualmente é professora associada aposentada e investigadora/colaboradora de vários centros de investigação: CinTurs – Universidade do Algarve; CARE – Instituto Politécnico de Portalegre e da REDETEG – Rede Ibero-Americana de Estudos sobre Desenvolvimento Territorial e Governança. É, na área temática de Estudos Rurais, coautora da série de estudos «Ruralidades» publicada em cinco volumes, I (2007), II (2007), III (2008), IV (2009) e V (2010), todos eles publicados pela Universidade do Algarve, e ainda, coautora dos livros *A Grande Transição – Pluralidade e Diversidade no Mundo Rural* (2011), *A Caminho da 2ª Ruralidade – Uma Introdução à Temática dos Sistemas Territoriais* (2012), *Os Territórios – Rede* (2014), e, *Multiterritorialidades I – Temas e Problemas de Governança e Desenvolvimento Territoriais* (2015).

As grandes transições, a inteligência territorial e a economia criativa são os vértices do triângulo virtuoso que irá reinventar o curso das áreas de baixa densidade. As grandes transições são, em grande medida, uma variável exógena, mas um contributo fundamental para a inteligência territorial e as diversas aplicações da economia criativa. No seu percurso, a inteligência territorial desdobra-se em:

- Inteligência emocional e capital simbólico;
- Inteligência natural e capital natural;
- Inteligência racional e capital produtivo circular;
- Inteligência artificial e capital tecnodigital;
- Hibridação das inteligências e economia criativa dos territórios;

que são os temas dos capítulos deste livro. Os ativos e os capitais de cada inteligência são convertidos e ilustrados com diferentes aplicações de economia criativa, como por exemplo, o espírito dos lugares e a sua geografia sentimental, os ecossistemas e os mosaicos paisagísticos, a descarbonização, as cadeias de valor circulares e o PRR, a economia das plataformas e a coesão dos territórios, a hibridação das inteligências e as várias funcionalidades da economia criativa na recomposição dos territórios, em especial, das áreas de baixa densidade.

Este livro teve o apoio: